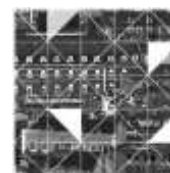

CIDADES, Comunidades e Territórios



O azulejo como oportunidade cocriativa para (re)invenção do espaço público

Marluci Menezes¹, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Portugal.

Resumo

Este ensaio aborda a (re)invenção do espaço urbano a partir de lógicas cocriativas e, em específico, contempla o recurso feito a matéria azulejar no âmbito deste intuito. Por um lado, tendo por referência o Projeto Europeu C3Places, discute o potencial contributo da cocriação enquanto *modus operandi* do produzir espaço público urbano. Por outro lado, a partir de uma perspetiva exploratória, salienta determinados aspetos observados no decorrer de mapeamento de experiências cocriativas – em Portugal e no Brasil – que, em comum, recorrem ao azulejo na (re)invenção do espaço público. A reflexão destaca o potencial das iniciativas cocriativas no incrementar de sensibilidades coletivas com o património e o ambiente urbano. Observando que as mesmas não advêm de grandes ações, mas naquelas de menor âmbito, localizadas e de cunho colaborativo. O uso feito da matéria azulejar para a dinamização de ações coletivas e colaborativas é salientado. O que permite observar que, por um lado, a partir de uma lógica de continuidade-renovação, o recurso ao azulejo, viabiliza a invenção de património. Por outro lado, a aplicação de azulejo em espaço público protagoniza uma maior atenção coletiva com o ambiente urbano. A cocriação transformativa do espaço infere uma ligação à esfera pública, o que colabora para refletir sobre o papel que pode ter no incremento de práticas sociais mais envolvidas com os lugares urbanos e sensíveis à memória, ao património e ao ambiente.

Palavras-chave: cocriação, espaço público, *placemaking*, azulejo, portador de memória, consciência ambiental e patrimonial.

¹ marluci@lnec.pt

1. Cocriação e *placemaking*

O termo cocriar despontou como uma oportunidade de inovação e dinamização de negócios, conforme surgiu no sector privado e empresarial. Ligado ao desenvolvimento de marcas, produtos e serviços, ao termo associa-se a participação por parte dos utilizadores finais (*end-users*) do produto e/ou serviço, tidos como coprodutores de bens ou serviços. Estes, no sector privado, são vistos como aqueles que adicionam valor à um produto, serviço, ou empresa, influenciando o cliente/consumidor (Prahalad & Ramaswamy, 2004). Aqui, a cocriação infere o envolvimento ativo dos utilizadores finais em diferentes estágios de produção de um bem ou serviço.

No que respeita ao sector público, Voorberg et al. (2015) observam que as noções de cocriação e inovação social também aparecem ligadas. Mas, relativamente ao sector público, o utilizador final é o cidadão, considerado como parceiro-chave do desenvolvimento e reconceção dos serviços. Os cidadãos, mais do que somente consumidores de serviços, detêm recursos e competências específicas relevantes para a reconfiguração do serviço público, e desenvolvimento de resultados benéficos para um dado coletivo. Os autores salientam um frequente intercambiar no uso dos termos coprodução e cocriação, sem uma clarificação que auxilie a distinção entre as duas noções. Em trabalho posterior, os autores observam que, embora a literatura consultada reflita sobre processos cocriativos e o interesse em adotá-los como prática de atuação no sector público, a apresentação de resultados concretos nem sempre se verifica com igual intensidade. Porém, sendo certa a relação entre participação pública, governança colaborativa e envolvimento da comunidade, ao contrário da passividade com que a ideia de participação é associada, as noções de cocriar e coproduzir remetem para um ativo envolvimento dos cidadãos (Voorberg et al., 2017).

Mais do que um ideal de participação cidadã e que é tido como um empenho passivo (Voorberg et al., 2015, 2017; Šuklje-Erjavec, 2017), a cocriação tem vindo a assumir importância no desenho, planeamento e governança urbana. Parecendo, todavia, mais um ‘conceito-salvador’ dos modos de produzir o espaço urbano, a cocriação pode, à partida, suscitar algumas dúvidas, como se de um eficaz substituto do que já se experimentou relativamente à participação pública. Como refere Jacinto (2001, p. 82), a sujeição do processo participativo aos condicionalismos interpostos pelos decisores e técnicos ligados ao planeamento urbano, do qual decorre um entendimento de que o mesmo é um processo moroso e complexo, legitimou “decisões que são descritas como representando as expectativas das comunidades”. Isto contribuiu para que a participação passasse a estar associada à ideia de consulta pública, onde concebe-se o sufragar de uma decisão superior como tendo sido participado (Jacinto, 2001). Sennet (2018, p. 275), por seu lado, ao contrastar consulta pública com coprodução, refere que esta última “objetiva tornar o envolvimento importante para ambos os lados, fazendo com que, (...) os planos sejam gerados pelo técnico treinado e pelo habitante, com sua experiência de vida (...)”.

A par da infinidade de maneiras para explorar o termo cocriação, bem como da sua preponderância no âmbito dos negócios, *marketing* e atividades ligadas às tecnologias digitais, Šuklje-Erjavec (2017) aponta uma característica específica e diferenciadora do ato de cocriar: a criatividade que lhe é intrínseca. Assim, a cocriação emerge como a possibilidade de conceber algo novo, diferindo da colaboração e cooperação, muito embora estas expressões também estejam associadas ao trabalhar, fazer, decidir algo em conjunto. Citando o relatório *Leading Cities* e o IGI Global, a autora menciona que a cocriação difere da participação pública porque, ao possibilitar um envolvimento público mais proativo, as técnicas utilizadas incrementam o processo de decisão. Isto é, ao envolver-se os cidadãos e as principais partes interessadas e/ou intervenientes (*stakeholders*) no processo de tomada de decisão, o processo cocriativo abre novas oportunidades para a autogovernança. Para a autora, a cocriação viabiliza ir um pouco mais além da simples participação cidadã, considerada como mais vocacionada para a colaboração entre público e aqueles que tomam a decisão.

Na medida que “o bom da coprodução é que ela fala no plural, criando diferentes versões das cidades abertas, e não no singular (...)” (Sennett, 2018, p. 285), a cocriação pode ser perspetivada como uma oportunidade de (re)invenção do espaço urbano. Uma perspetiva que, não sendo imune ao conflito, expressa uma pluralidade de

experiências, falas e versões, nutrindo uma ideia de cidade como criação aberta. Segundo Sanders e Stappers (2018), a cocriação assenta num processo generativo, que exige uma iniciativa criativa da parte dos envolvidos, enfim, daqueles que se beneficiarão com a experiência. O que, paralelamente, colabora para refletir sobre o incentivo da cocriação na geração de novas sensibilidades para uma cidade mais responsiva (*responsiveness*), resiliente, adaptada e inclusiva. É que, em *placemaking*², poderá corresponder a uma cidade aberta e mais amiga das pessoas, do ambiente e do seu património cultural³. É, assim, a partir do recurso feito ao azulejo no âmbito do *placemaking* que com este ensaio se explora o potencial da cocriação enquanto perspectiva colaborativa, de partilha e flexibilidade na produção de uma nova e mais aberta ideia para o espaço urbano, viabilizando o fomento de um “valor ético do ‘comum’” (Sennett, 2018, p. 285)⁴.

É, todavia, de considerar que a instrumentalização da cultura e da criatividade no âmbito do planeamento e das políticas públicas urbanas acentuou-se desde as últimas décadas do século XX. Esta perspectiva alterou o papel da cultura no quadro mais amplo das questões urbanas, distorcendo a relação entre cultura, património, cidadania e território. Nesta lógica, as atividades ligadas à cultura, arte e criatividade, bem como às necessidades e vontades das pessoas, são como que (des)apropriadas pelas práticas hegemónicas de intervenção urbana, como abordado por uma ampla e vasta literatura. Mas, por um lado, considerando que a economia distributiva que intercede no capitalismo cultural, admite uma “criatividade distribuída” (Cruz, 2016), o papel das grandes ações é como que substituído pelos pequenos e múltiplos atos. Pelo que a autoria – do especialista, do planeador, do artista ... – é, de algum modo, partilhada através de uma criatividade distribuída, aqui o sentido da coprodução. Como também refere Cruz, podendo esta visão tratar-se de uma “utopia fraca”, importa ter presente que a partir de moldes alternativos e de uma visão partilhada, em rede e em sistemas menos rígidos, a cocriação apresenta-se como um artifício que colabora para estimular a inovação social através do codesenho. Isto contribui para reivindicar novas iniciativas e experiências, onde a “implantação há de requerer um novo ‘ethos’ e (...) uma nova literacia” (Cruz, 2016, p. 48).

Por outro lado, o sentido hegemónico com que este modelo de cidade, planeamento e políticas públicas se pretende impor, não é imune a contradições, conflitos e alternativas, emergindo frestas para observar práticas, artes, resistências, mudanças, críticas e transformações nas relações sociais (Estevens, 2017), bem como nas relações das pessoas com o espaço. O que, como hipótese, permite perspetivar que as formas locais de ação coletiva podem ser um eficaz estratagema de resistência e reivindicação do direito à cidade, ao património e ao ambiente. Como mais adiante se poderá verificar, esta reflexão procede destas frestas, aqui tomadas como uma janela de oportunidades para explorar a relação entre cocriação e *placemaking* a partir da arte do azulejo.

2. *Placemaking*, cocriação e a arte do azulejo

Como processo que se realiza a partir de uma dinâmica coletiva em torno de um interesse comum, a cocriação é aqui tomada como ensejo para incrementar a relação entre as experiências socioespaciais das pessoas e o processo de produção do espaço urbano. Pode-se, assim, pensar na hipótese de coprodução, nomeadamente quando do envolvimento e participação de comunidades de interesse na criação coletiva e partilhada de uma nova ideia para o espaço urbano. E que, naquilo que mais especificamente se reporta ao espaço público, remete para o *placemaking*.

² As questões debatidas no âmbito do *placemaking*, nomeadamente através do reconhecimento da importância do espaço urbano para as pessoas, são recorrentes desde os anos de 1960, de onde se destacam os trabalhos de Jane Jacobs e William Holly Whyte. Todavia, o termo *placemaking* surgiu nos anos de 1980 nos Estados Unidos para abarcar as amplas questões do planeamento, criação e gestão urbana a partir das necessidades locais e do envolvimento das comunidades, olhando em particular à dinamização e requalificação do espaço público. Uma das principais referências em *placemaking* é a organização norte americana PPS - Project for Public Spaces (<https://www.pps.org/>).

³ Conforme princípios gerais enunciados, por exemplo, em: *Child Friendly Cities* (UNICEF); *Global Age-Friendly Cities: A Guide* (WHO: 2007); *Learning about culture and heritage in age-friendly cities* (Centre for Ageing Better, 2019); *Cities for People* (McConnell Foundation); CITIES4PEOPLE (EU-H2020 Project); *Climate-resilient, Climate-friendly World Heritage Cities* (Bigio, et al., 2014); *Conservation of World Heritage Botanical Garden in an Environmentally Friendly City* (Hotimah, et al., 2015); *The Design for a Welcoming City: Urban Space and Visitor Flow* (Bollati & Collina, 2020).

⁴ Sendo o ato de criar bens comuns constituído pelas práticas sociais (Morea, 2020), é pertinente a sugestão de Sennet (2018, p. 286) de que, hoje em dia, ‘comum’ referir-se à “obtenção de benefícios mútuos”.

É, assim, interessante observar o contributo da cocriação na (re)invenção do espaço urbano e, não menos importante, o papel da arte no incitar destes processos transformativos (Paes, 2018). Muito embora o contributo das práticas cocriativas em arte seja realçado no domínio dos grandes eventos e festivais, é sensível o modo crescente com que os programas e projetos cocriativos têm vindo a estar relacionados com a “arte do bairro” (Borges, 2018, p. 454). O que, no contexto deste ensaio, permite associar aquelas intervenções mais localizadas, de pequena-média dimensão e junto de uma dada comunidade de interesses; e sublinhar a arte do azulejo enquanto pretexto para discutir a (re)invenção do espaço público a partir de uma perspetiva cocriativa⁵.

Ainda que a arte seja um meio para dinamizar o espaço público através de diferentes expressões e materiais artísticos, é entusiasmante assinalar as situações em que o uso do revestimento azulejar se destaca: desde o revestir inovador de áreas urbanas degradadas, muitas das quais votadas ao abandono pelo poder público; à razão para efetivação de um novo espaço, eventualmente, e no médio prazo, vir a constituir-se como património urbano; à intensa ocupação temporária do espaço público, em muitos casos, com temáticas alusivas ao património azulejar (pois, nem sempre com recurso ao material cerâmico).

O interesse pela relação entre cocriação, *placemaking* e arte azulejar, procede de uma pesquisa exploratória assente em mapeamento (em curso) de experiências observadas em contextos portugueses e brasileiros. Para o efeito, com vista a explorar resultados preliminares e afinar as categorias de análise, a partir de uma perspetiva antropológica, privilegia-se uma linha descritiva (*thick description*) dos exemplos observados, procurando alinhar determinadas constatações, particularidades, semelhanças, diferenças, ficando questões por responder, outras em aberto. As iniciativas a seguir exemplificadas não são propriamente destacadas a partir da especificidade das metodologias utilizadas, nem tão pouco pelos históricos das ações empreendidas e que, entretanto, são distintos e não foram o foco da reflexão aqui empreendida. Sendo antes destacadas porque num dado momento e contexto, a ação e/ou o produto perspetivado e realizado sensibilizou determinadas pessoas a colaborar e envolverem-se no processo, incrementando uma comunidade de interesse em prol de, em comum, realizar um objetivo que lhes trará algum benefício. Refira-se que, embora conheça pessoalmente algumas das experiências e espaços seguidamente identificados, o mapeamento que tenho vindo a realizar sobretudo assenta, nesta fase, na coleta de informação nos meios de comunicação social e *sites* da internet.

3. Experiências cocriativas em espaço público com recurso ao azulejo

3.1. Considerações iniciais

Nos últimos anos tenho investigado sobre os processos contemporâneos de patrimonialização do azulejo, sobretudo em Portugal (Menezes, 2017). Um dos aspetos que tem suscitado a minha atenção respeita as dinâmicas socioculturais de significação da arte azulejar no espaço público urbano, observando o correspondente reflexo enquanto esfera pública. Na sequência, comecei a coletar informações, de entre as quais destaco as relacionadas com ações de sensibilização pública para o património azulejar e respetiva necessidade da sua conservação. Muitas destas iniciativas de sensibilização se destacam pelo seu carácter artístico e/ou educativo (Quadro 1).

⁵ Uma primeira reflexão sobre esta temática realizou-se em comunicação para o XII Congresso da Geografia Portuguesa (Menezes, 2020).

Quadro 1. Exemplo de ações colaborativas de sensibilização para o património azulejar

Ação	Características gerais
Festa do Azulejo – Beja ⁶	<ul style="list-style-type: none"> – Com o apoio das escolas, comunidade escolar e a Associação de Defesa do Património de Beja, em 2015, duas mil crianças de escolas do concelho pintaram em papel motivos alusivos aos azulejos históricos de Beja. – Os desenhos pintados dos azulejos foram expostos na Praça da República, principal praça da cidade, vindo a provisoriamente cobrir as fachadas dos edifícios circundantes à praça. – A iniciativa teve por objetivo sensibilizar para o combate ao roubo e vandalização de azulejos históricos. – <i>Observação:</i> em Beja, desde 2014, as escolas desenvolvem atividades de sensibilização para o património azulejar e criação de novas obras. A Festa do Azulejo acontece anualmente, derivando de uma parceria com o Projeto SOS Azulejo.
Ação SOS Azulejo – Ovar ⁷	<ul style="list-style-type: none"> – Na celebração do primeiro Dia Nacional do Azulejo (6 de maio de 2017), a Câmara Municipal de Ovar organizou atividades de sensibilização para o património azulejar. – Uma das atividades designou-se “Ação SOS Azulejo” e objetivou a criação de uma “Rua Imaginária” com azulejos criados e pintados por 350 estudantes de escolas do concelho, com o apoio dos professores e técnicos ligados ao azulejo. – O resultado foi exposto em espaço público. – <i>Observação:</i> este tipo de iniciativa com crianças e jovens tem vindo a ser acionada por este município, mas também por outras municipalidades com património azulejar; salientando-se ainda que as iniciativas da SOS Azulejo junto de escolas existem anteriormente a data da ação aqui exemplificada.

Fonte: Elaboração própria.

A par do azulejo integrar o campo do património cultural através de uma longevidade já secular, considerando o interesse que o mesmo tem (e em crescendo) despertado nos estudos artísticos, históricos e técnico-científicos (entre outros), dei-me conta que estas ações de sensibilização são, com maior ou menor componente artística e/ou educativa, relativamente recentes. Todavia, se observa a tendência para a intensificação das mesmas e respetiva abrangência territorial, de públicos e comunidades de interesse.

Aos poucos comecei a estar mais sensível para o papel que as práticas colaborativas têm desempenhado nestas iniciativas. Em paralelo, dei-me conta da expressividade do espaço público urbano enquanto lugar de acontecimento destas ações, ou como sítio de exposição do produto criado no decurso das atividades proporcionadas. Logo ficaria evidente a intensificação e mesmo resignificação de iniciativas que fazem uso do azulejo, bem como que algumas destas iniciativas, num dado momento de sua realização, recorrem às práticas colaborativas e cocriativas.

É, portanto, no seguimento da participação no Projeto Europeu – C3Places e que, em síntese, investiga as potencialidades da cocriação como *modus operandi* do fazer espaço público urbano (*placemaking*), que a relação entre práticas cocriativas – espaço público – arte azulejar e cidadania – ambiente – património ficariam evidenciadas. Dando continuidade ao levantamento de iniciativas sociais relacionadas ao azulejo, passei a rever com outros olhos algumas das informações antes coletadas e a estar atenta ao processo dinamizador e constituinte destas mesmas ações, porque colaborativo e cocriativo.

⁶ Ver: Dias, 2015; e sobre a Festa do Azulejo: <http://festadoazulejo.adpbeja.pt/>

⁷ Ver: Projeto SOS Azulejo – OVAR (17.05.2017).

3.2. Azulejo: um material com potencial para a mobilização das pessoas em prol de um objetivo comum

Habitualmente quadrado, com uma face vidrada e brilhante, mono ou policromática, o azulejo é um material cerâmico usualmente aplicado como revestimento em arquitetura exterior ou interior, apresentando características de durabilidade e longevidade, para além daquelas de cunho funcional, estético e estilístico. Na qualidade de peça avulsa, pode ser individualmente (ou não) criado e, mediante um objetivo de revestimento de superfície construída, singularizar um contexto específico, qualificando-o, podendo expor uma dada narrativa figurativa ou discurso ornamental, apresentando-se ainda como um material com potencial para a mobilização das pessoas em prol de um objetivo comum, como seguidamente se poderá verificar (Quadros 2 e 3).

No quadro 2, o Projeto “Quem és Porto” permite observar o recurso cocriativo ao azulejo para expressar perceções e interpretações pessoais acerca do viver numa cidade específica. Mas, o produto resultante apresenta-se como uma potencial invenção de referentes da cultura material que, a seu tempo, poderão vir a ser reconhecidos como património. Já o Projeto “Perdi a casa”, permite reparar o uso do azulejo enquanto expressão artístico-temporária em espaço público que, para além do envolvimento da artista, integra a colaboração de diferentes atores sociais no processo de criação. Aqui, o resultado cocriado foi exposto em espaço público como vazão à certas necessidades sociais, influenciando a esfera pública.

Quadro 2. Exemplo de iniciativas cocriativas de resignificação do azulejo

Ação	Características gerais
Projeto “Quem és Porto” (Cf. Figura 1)	<ul style="list-style-type: none"> – No decorrer da revitalização da envolvente da Estação de São Bento, conforme projeto lançado pela autarquia e a Porto Lazer, em parceria com a REFER, em 2015, o coletivo artístico Locomotiva⁸ desenvolveu o projeto “Quem és Porto?”, coordenado pelo artista Miguel Januário. – No decurso de <i>workshops</i> orientados por alunos da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, pessoas com percursos e idades distintas foram convidadas a escrever e/ou desenhar no azulejo as suas impressões sobre a cidade, tendo sido pintados 3.300 azulejos. – Cada um dos azulejos reflete, isoladamente, o olhar individual sobre a cidade por parte dos participantes dos <i>workshops</i>. No seu conjunto, o painel ocupa 135 metros quadrados da fachada do edifício, englobando as diferentes perceções da cidade numa única leitura. – O painel localiza-se em edifício na Rua da Madeira, próximo da Estação de São Bento, sendo apresentado como o “maior painel de azulejos comunitário da cidade” (Fonseca, 2015).
Projeto “Perdi a Casa” – Festival HabitACÇÃO, Lisboa (Cf. Figura 2)	<ul style="list-style-type: none"> – No âmbito do Festival HabitACÇÃO de 2019 – organizado por cerca de trinta associações – e que visou “mostrar a gravidade da situação habitacional em Lisboa” (Mesquita, 2019), realizou-se o <i>workshop</i> “Perdi a Casa”. – Dinamizado por Claraluz Keiser, o <i>workshop</i> reuniu em torno de 55 relatos de pessoas que vivenciavam problemas habitacionais na cidade. Os relatos escritos foram reproduzidos em azulejos – “um símbolo cultural português” (Mesquita, 2019). Os azulejos foram cozidos e expostos em áreas públicas do Bairro dos Anjos. – <i>Observação</i>: o impacto da iniciativa colaborou para que o projeto continuasse a receber relatos – via email ou Instagram. Na conta “Perdi a Casa” do Instagram é referido: “Memória coletiva urbana e digital de despejo e não-renovação de contrato em Lisboa através da escrita em azulejos no bairro de Anjos.@festivalhabitacao”.

Fonte: Elaboração própria.

⁸ Ver site do Facebook do Projeto Locomotiva.

Figura 1. Projeto “Quem és Porto”, Porto, 2017



Fonte: Imagem de Carolina Anselmo.

Figura 2. Projeto “Perdi a Casa” – Festival HabitACÇÃO, Lisboa, 2019



Fonte: Imagem de Claraluz Keiser.

A par da continuidade do Projeto “Perdi a casa” numa conta do Instagram, o referido evento foi divulgado no Facebook do seguinte modo:

“Nos últimos anos, milhares de pessoas perderam suas casas em Lisboa. Numa tentativa de criar uma memória urbana destes despejos ocorridos de maneira direta ou indireta, vamos partilhar suas histórias através de relatos escritos em azulejos que ocuparão os muros da cidade. As histórias foram coletadas no site ‘Perdi a Casa’, iniciativa cidadã de mapeamento e recolha de testemunhos de casos de despejos ou não-renovação de contrato. A atividade é gratuita e consistirá em escrever os relatos em azulejos e em seguida colá-los pelo bairro. Durante o tempo da cozedura dos azulejos, temos a opção do jantar colectivo da Zona Franca dos Anjos a base de donativo consciente.”

Claraluz Keiser (2019)

É ainda de destacar as interessantes experiências colaborativas e cocriativas que envolvem crianças e jovens, e a comunidade escolar mais alargada, como são os casos da instalação de painéis de azulejos em edifícios públicos (Quadro 3). Como exemplo, destacam-se os edifícios da Biblioteca de Benfica, em Lisboa, e de equipamentos escolares em Barcelos, e várias outras escolas intervencionadas no âmbito do projeto “Inscrever a Europa nos Muros das Cidades”. Nos casos exemplificados, os azulejos foram pintados por crianças e jovens de escolas de uma mesma localidade, vindo a formar painéis azulejares que contribuem para dinamizar o espaço envolvente, bem como a imagem urbana local, influenciando ainda a esfera pública com lemas associados à inclusão, diversidade e aos direitos.

Quadro 3. Exemplo de ações de cocriação com azulejos em edifícios públicos

Fachadas exteriores de edifícios públicos	Características gerais
Projeto “Eu, nós e os outros”, Benfica - Lisboa (Cf. Figura 3)	<ul style="list-style-type: none"> – O painel foi inaugurado em 08.07.2016 e insere-se no projeto “Eu, nós e os outros”, desenvolvido pelo Departamento da Educação Pré-escolar do Agrupamento de Escolas de Benfica em conjunto com a Junta de Freguesia de Benfica. – O painel ocupou uma área de 4,65 x 1,35 m de parede exterior do Palácio Baldaia, à época, em obras, ocupando parede de parte do edifício que daria lugar a Biblioteca de Benfica, situada na Estrada das Garridas, próxima ao Chafariz de Benfica. – Para os mentores do projeto, o painel visava “transmitir uma mensagem de amizade, solidariedade e diversidade cultural” (Expresso do Oriente, 08.07.2016). Cada um dos azulejos do painel foi individualmente pintado pelas crianças do ensino pré-escolar da freguesia, representando o autorretrato de quem o desenhou e pintou. – <i>Observação</i>: após a conclusão de obras de reabilitação do Palácio Baldaia, o painel foi removido. Segundo informação coletada em outubro de 2020 junto da junta de freguesia, prevê-se a reinstalação do painel em outro local de Benfica.
Projeto “Olhares sobre os nossos direitos” (Cf. Figura 4)	<ul style="list-style-type: none"> – Desde 2013/2014 o Município de Barcelos tem vindo a assinalar a Convenção Sobre os Direitos das Crianças através da promoção de uma variedade de iniciativas, de entre as quais se destaca o Projeto “Olhares sobre os nossos direitos”, o qual tem dado lugar a elaboração de painéis em azulejo feitos pelos alunos das escolas locais. – Os azulejos representam a interpretação que os alunos fazem da referida Convenção, sendo a ação coordenada pela Biblioteca Municipal de Barcelos e o Museu de Olaria. – Nas escolas de Barcelos já foram realizados cinco painéis em azulejos com 42 “quadros” representativos dos Direitos das Crianças. O mais recente – Centro Escolar Gilmonde – foi inaugurado em novembro de 2019 (cf. Rádio de Barcelos/2019 e <i>site</i> da Câmara de Barcelos-CMB de 2014, 2018, 2019).
Projeto “Inscrever a Europa nos muros das cidades” (Cf. Figura 5)	<ul style="list-style-type: none"> – O Centro de Informação Europeia Jacques Delors em colaboração com a Associação INSCRIRE iniciou o projeto “Inscrever a Europa nos muros das cidades” (cf. <i>site</i> eurocid). O objetivo é a criação de painéis em azulejo que ilustram os artigos da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. – Os ateliers de cerâmica com professores e alunos, foram coordenados pela artista Françoise Shein (fundadora da INSCRIRE). – Em Portugal, desde 2003, o projeto já envolveu escolas – e num dos casos a população de uma vila – das seguintes localidades: Alcabideche/Cascais, Porto, Serpa, Guimarães, Belém/Lisboa, Tomar, Tondela, Vila Franca de Xira, Felgueiras, Reguengos de Monsaraz, Tavira, Oeiras, Mira Sintra, Ulgueira, Loures.

Fonte: Elaboração própria.

Figura 3. Projeto “Eu, nós e os outros”, Benfica, Lisboa, 2016



Fonte: Arquivo de imagens da Junta de Freguesia de Benfica.

Figura 4. Centro Escolar de Gilmonde, Barcelos, 2019



Fonte: Arquivo de imagens da Câmara Municipal de Barcelos.

Figura 5. Imagem do painel concretizado em Serpa



Fonte: Imagem de Eva Maria Blum (18.02.2007).⁹

⁹ Sou grata a Eva Maria Blum pela indicação desta iniciativa.

3.3. Azulejo: um material com potencial para a mobilização das pessoas em prol de um melhor espaço público

A tentativa de melhor compreender os processos de significação cultural do azulejo em território nacional logo viria a conduzir-me ao contexto brasileiro. Repare-se, neste sentido, que a lógica de continuação-renovação desta arte (Santos, 1957), mesmo nos dias de hoje, em muito respeita a uma interessante reflexividade, advinda de um histórico diálogo luso-brasileiro em torno da cultura azulejar. Tal como sucedeu com o mapeamento que realizava sobre experiências cocriativas no espaço público em território português, e que me revelaram não só o papel da arte, mas sobretudo do azulejo, confrontei-me com experiências cocriativas em espaço público em territórios de além-mar, onde o recurso a matéria azulejar é expressivo. O que me encaminhou no sentido de correlacionar não só temáticas de pesquisa, experiências cocriativas em espaço público em contextos portugueses e brasileiros, mas também o papel do azulejo nestes processos.

Portanto, o envolvimento de crianças e jovens, bem como de representantes da comunidade escolar (exemplo: escolas, professores, municipalidade, museus, bibliotecas locais) no desenho e pintura de azulejos, como antes verificado, manifesta-se em interessantes experiências decorridas em Portugal. Por exemplo, em função do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência, em 2004, a Câmara Municipal de Sintra desenvolveu o projeto “Um dia, um sorriso, uma mão amiga, uma flor”, tendo distribuído 2000 azulejos às escolas e instituições de apoio à deficiência. No mesmo ano, a Escola de Recuperação do Património de Sintra recebeu alguns destes azulejos, entretanto utilizados pelos seus alunos para revestir uma escultura colocada no Parque Urbano de Queluz. No âmbito do tema “todos diferentes, todos iguais” e enquadrado pelo projeto de duas artistas (Iara Bochi e Idília Silva), cerca de outros 700 azulejos foram pintados por crianças de 15 escolas e que, algum tempo depois, vieram a constituir um painel aplicado em muro arruinado sito na Av. dos Bons Amigos (Cacém). A iniciativa foi apresentada como um “claro exemplo de requalificação urbana” (cf. notícia do e-Cultura.pt).

O azulejo como meio de mobilização e sensibilização para as questões da interculturalidade, bem como o sentido plural com que o património cultural se manifesta, é particularmente evidenciado no Planisfério da Interculturalidade (Figuras 6, 7, 8 e 9), sito no Parque Urbano do Fróis (Monte de Caparica, em Almada). Neste mural, “um colorido painel de azulejos representando uma imagem do planeta terra chama a atenção” (Rato e Verheij, 2017). Inserido numa área urbana multicultural, próxima de bairro social, estigmatizada e tomada como periférica, o painel foi “colocado no fundo do parque, com o cenário do Tejo vislumbrado por detrás”, convidando “a entrar e a descobrir este lugar público, algo inesperado num bairro mais conhecido por problemático do que como exemplo em desenho urbano e arte pública” (Rato e Verheij, 2017). No Parque de Fróis já se tinha realizado um conjunto de três esculturas em ferro – identificadas como Monumento à Multiculturalidade –, também a partir de um processo colaborativo (Gato, et al., 2014).

Figura 6. Painel Planisfério da Interculturalidade, tendo ao fundo o Bairro Amarelo, Monte da Caparica - Almada



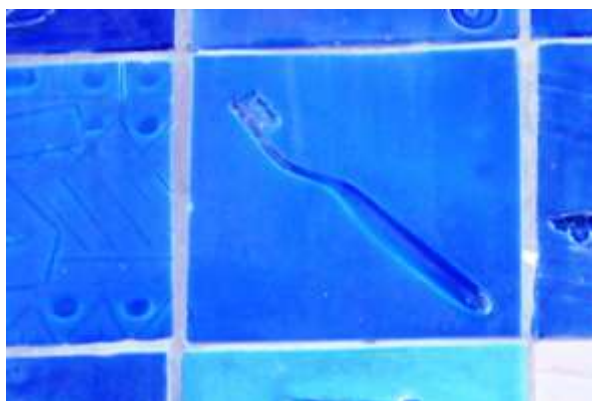
Fonte: Imagem de Eva Maria Blum (14.10.2015).

Figura 7. Detalhe da parte traseira do painel e que forma um palco a céu aberto para realização de eventos



Fonte: Imagem de Eva Maria Blum (14.10.2015).

Figura 8. Detalhes dos azulejos do painel



Fonte: Imagem de Eva Maria Blum (14.10.2015).

Figura 9. Detalhes dos azulejos do painel



Fonte: Imagem de Eva Maria Blum (14.10.2015).

O painel foi realizado entre 2013 e 2015 no âmbito do “Projecto Educativo de Participação Voluntária e de Coesão Social em Ambiente Escolar”, contando com a colaboração da municipalidade, através do Serviço Educativo da Casa da Cerca e Centro de Arte Contemporânea de Almada, e a parceira da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. O painel é constituído por 2178 azulejos. Os azulejos foram criados pela comunidade escolar local com a ajuda de 70 tutores voluntários e professores, tendo envolvido 146 turmas de 8 escolas locais e mais de 1900 alunos (Rato e Verheij, 2017; Rato et al., 2017)¹⁰.

A ideia do planisfério surgiu na sequência de outros projetos comunitários locais, tendo sido proposta “como forma de continuar e aprofundar o envolvimento da comunidade local em processos de simbolização e apropriação do espaço público”, observando-se ainda que, embora hoje em dia possa ser classificado como arte pública, o mesmo não “foi promovido como arte, seja ela pública, comunitária ou outra”, já que “não há um artista que reivindique a autoria ou garanta a validade estética” (Rato e Verheij, 2017):

“Na base da imagem do planisfério está uma famosa imagem do planeta Terra publicado pela NASA em 2002. Trata-se de uma imagem compósita construída a partir de quatro meses de observação do planeta pelo satélite Terra, o que permitiu filtrar as nuvens e chegar a uma resolução de 1 km por pixel. Ao todo, a imagem original tem 43 200 por 21 600 pixéis, sendo na altura da publicação a imagem mais pormenorizada do planeta (...). Em comparação, a imagem do planisfério que está no Monte da Caparica tem ‘apenas’ 66 por 33 azulejos ou pixéis. Quanto mais participação e mais azulejos, mais pormenorizada seria a imagem do planisfério resultante” (Rato e Verheij, 2017).

Para além deste painel poder ser atualmente considerado arte pública (ainda que este não tenha sido o propósito inicial), pouco a pouco, ganha o atributo de património urbano, quer pela durabilidade do painel, porque em azulejo, quer pela narrativa protagonizada no painel. Isto porque, a ideia de interculturalidade é projetada para além do médio prazo, mas igualmente demarcada como uma herança cultural, que a par de ser plural, está arraigada num dado contexto. Notar que “o espaço público é uma área especialmente relevante, uma vez que medeia entre representações coletivas e experiências quotidianas, enraizando no devir do tempo relações entre uma população e um território” (Rato e Verheij, 2017).

Em Almada, nomeadamente na Cova da Piedade, tive mais recentemente conhecimento do painel em azulejo, realizado entre 2008 e 2009, que cobre o muro de entrada da Escola 2/3 Comandante Conceição e Silva. Até o momento, as referências que encontrei a este painel aparecem de modo pontual em agendas culturais do Município de Almada e num Blog sobre viagens. Em todo o caso, o painel é particularmente interessante, sendo de destacar pelos seguintes motivos: é um elemento de revitalização do espaço público à frente da escola (Figura 10), resulta de um trabalho colaborativo e cocriativo entre alunos, professores e funcionários da escola, e representa as principais referências do património e da memória da Cova da Piedade e de Almada (Figura 11).

Figura 10. Espaço público em frente a escola com painel ao fundo, Cova da Piedade, Almada



Fonte: Imagem da autora (2020).

¹⁰ Mais detalhes em: <https://plataformapis.files.wordpress.com/2017/09/presentacao-leve.pdf>

Figura 11. Detalhe do painel, Cova da Piedade, Almada

Fonte: Imagem da autora (2020).

Figura 12. Ficha técnica do painel e explicação da autoria partilhada, Cova da Piedade, Almada

Fonte: Imagem da autora (2020).

Ao relembrar um comentário da antropóloga Eva Maria Blum aquando da visita que fizemos a este painel, é de realçar o papel do azulejo enquanto “portador de memória”. Este painel tem ainda um outro aspeto muito interessante: é autoexplicativo relativamente a sua execução e autoria partilhadas (Figura 12).

Do outro lado do Oceano Atlântico, em específico no Rio de Janeiro, é particularmente expressivo o caso da Escadaria Selarón (Bairro de Santa Teresa). Uma experiência pioneira e que transformou uma simples via de atravessamento e ligação, numa galeria de arte urbana (Figuras 13 e 14). O processo cocriativo decorrente e que fez recurso ao azulejo, inspirou uma série de outras experiências colaborativas realizadas em contexto brasileiro. Isto é, experiências de requalificação do espaço público e que, no Brasil, têm contribuído para coletivamente recuperar escadarias pouco cuidadas pelo poder público, muitas das quais também com recurso ao azulejo (a par

de haver transformações que se realizaram com outros estilos, técnicas e materiais artísticos) e, curiosamente, com uma abrangência territorial muito além da cidade do Rio de Janeiro.

O nome da escadaria que nos revela o sentido de pioneirismo acima referido advém de Jorge Selarón, um artista chileno que no local residiu até 2013, quando aos 65 anos de idade foi encontrado carbonizado na própria escadaria! Conhecida originalmente como Escadaria do Convento de Santa Teresa, a mesma é uma via pública (Rua Manuel Carneiro) que liga os bairros da Lapa e de Santa Teresa, na área central da cidade. A escadaria é constituída por 215 degraus e mede 125 metros. Nos anos de 1990, face a sua deterioração, Selarón iniciou um trabalho evolutivo de renovação dos degraus da escadaria com a aplicação de azulejos. Ao princípio, os azulejos utilizados foram recolhidos em restos de obras públicas. O trabalho começou a chamar a atenção e, pouco a pouco, a escadaria passou a atrair o interesse de um público mais vasto.

Figura 13. Escadaria Selarón, Bairro de Santa Teresa, Rio de Janeiro



Fonte: Imagem de Neiva Vieira da Cunha (2019).

Figura 14. Painel descritivo do processo de cocriação da Escadaria Selarón, segundo o artista



Fonte: Imagem de Neiva Vieira da Cunha (2019).

Na sequência, visitantes de diferentes países começaram a doar azulejos, resultando numa obra de arte que se estima composta por mais de dois mil azulejos vindos de diferentes partes do mundo, de entre os quais mais de três centenas deles teriam sido pintados pelo próprio Selarón. A transfiguração da escadaria com os azulejos, verificou-se não somente nos degraus, mas também nos muretes envolventes e muros das casas. A intervenção realizada contribuiu para metamorfosear a escadaria em património arquitetónico e artístico da cidade, entretanto volvido em atração turística e, em 2005, provisoriamente classificada como património da cidade¹¹.

O processo cocriativo proporcionou uma alteração na ambiência local. Os moradores passaram a produzir e vender azulejos localmente, bem como a revestir, cada vez mais, os muros e fachadas de suas casas com azulejos. Todavia, embora classificada como património pelo poder público, o mesmo pouco fez em termos da sua manutenção. Face à degradação e ao facto da escadaria se ter tornado um atrativo cultural para quem visita a cidade, com impacte na economia das pessoas que residem ao longo da via, os moradores começaram a intervir com o objetivo de manter o espaço, repondo azulejos e respetivas lacunas. A perspetiva cocriativa e evolutiva que subjaz à Escadaria Selarón tem contribuído para uma onda colaborativa de reabilitação, entretanto, transfigurada em obra de arte urbana e em património da cidade.

Mas, como a escadaria agora é formalmente tida como património, o poder público atribui a si próprio o poder de intervenção, não facilitando a ingerência dos moradores locais na sua manutenção, o que gera um conflito de interesses na gestão do património, ainda que oriundo de uma iniciativa cidadã e informal (Menezes e Cunha, 2019). Ainda assim, boa parte da recuperação de uma escadaria classificada como património da cidade viria a ser viabilizada pelo BNDES – Banco de Desenvolvimento Económico e Social. Uma outra parte da verba para respetiva reabilitação adviria de um financiamento coletivo. Neste sentido, a Liga Independente de Guias de Turismo do Rio de Janeiro (Liguia) e a Associação Novo Polo Rio Antigo – e que abrange bares, estabelecimentos de restauração e comércio do Bairro da Lapa no Rio de Janeiro – apresentaram um projeto de coleta virtual (*crowdsourcing*) ao BNDES.

Segundo notícia da revista “Isto é”, o referido projeto “prevê um plano de gestão participativa para a escadaria”. Para o museólogo coordenador do Plano de Gestão da Escadaria Selarón Pedacos do Mundo, “a ideia é envolver setor público, moradores da região, guias de turismo, em relação à conservação preventiva e à investigação sobre a origem desses azulejos e a comunicação disso mais apropriada, com outros instrumentos” (Gandra, 2019). Uma primeira fase de arrecadação contou com “mais de 343 benfeitores de diversos países do mundo”, o que contribuiu para a criação de fundos que irão viabilizar a criação de um inventário profissional e digitalizado da obra de Jorge Selarón¹². Para sensibilizar as pessoas para uma segunda fase de angariação coletiva de fundos através de meios digitais, “foi lançado concurso para selecionar e premiar as melhores fotos da escadaria”, sendo que a participação no concurso apenas implica “postar uma imagem com as ‘hashtags’ #selaronpedacosdomundo e #eutonanuvem” (Gandra, 2019).

Na sequência do sucedido com a Escadaria Selarón, surgiram iniciativas com alguma similaridade em diferentes contextos urbanos brasileiros. Afinal, tudo se passa porque os “azulejos promovem transformação social”, como comentado relativamente as iniciativas implementadas em São Paulo pelo Ateliê AZU (cf. site Fundação Telefônica Vivo, 30.11.2017) – ver Quadro 4.

¹¹ À partida, a classificação provisória como património resulta da necessidade de realização de um cuidadoso inventário da escadaria, já que o número de azulejos ali existentes deriva de uma estimação. A classificação definitiva está dependente deste inventário, o que também poderia vir a facultar a classificação da escadaria em outras instâncias de reconhecimento e valorização do património, como sejam os níveis estadual e nacional (Gandra, 2019).

¹² Para o efeito, prevê-se desenvolver um aplicativo para ser utilizado por qualquer pessoa que queira “identificar a localização dos azulejos, seja por sua procedência, seja pela temática que apresentam”, bem como prevê-se a criação de Centro de Interpretação Digital da Escadaria do Selarón e cujo objetivo será a “digitalização em 3D e catalogação do conjunto de azulejos que estarão disponíveis em site e em aplicativo para celular. Com isso, será possível identificar facilmente as características de toda a obra, o local de origem de cada peça, a data, as técnicas utilizadas, entre outras informações” (Gandra, 2019).

Quadro 4. Escadaria Mocidade Alegre, São Paulo

Escadaria	Características gerais
<p data-bbox="248 499 359 589">Escadaria Mocidade Alegre</p> <p data-bbox="220 600 391 660">(Cf. Figura 15 e Figura 16)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="443 338 1385 427">– Trabalho idealizado pelo artista Élcio Torres que partilhou os seus conhecimentos cerâmicos com o intuito de que a vizinhança usasse o azulejo na transformação da escadaria, tendo a Escadaria Mocidade Alegre sido o primeiro projeto do Ateliê AZU. <li data-bbox="443 443 1366 504">– O mentor da ação considera que “a arte aliada à participação social pode aprofundar relações entre comunidade e espaço público” (Miranda, 2015). <li data-bbox="443 519 1407 580">– Os azulejos foram produzidos por quem aprendeu a técnica na oficina criada pelo artista (Ateliê AZU), tendo o assentamento envolvido a vizinhança. <li data-bbox="443 595 1374 678">– Seguidamente, a oficina foi inscrita no Programa VAI - Valorização de Iniciativas Culturais, o que facilitou o incremento de iniciativas similares em outras escadarias e muros em espaços públicos. <li data-bbox="443 694 1401 873">– No <i>site</i> do Facebook do Ateliê AZU, Élcio Torres comenta que se apercebeu que o azulejo é um “meio de transformação de espaços degradados e por conseguinte, de transformação de pessoas”. Já que “quando você dá novo significado ao espaço público ele renasce e, as pessoas que ali vivem, também se sentem transformadas. Um lugar acolhedor e construído coletivamente, para além do pertencimento, fortalece o vínculo social entre toda a comunidade”¹³.

Fonte: Elaboração própria.

Figura 15. Escadaria Mocidade Alegre, Vila St.ª Inês, Zona Leste de São Paulo, 2011



Fonte: Imagem de Élcio Torres (Arquivo do Ateliê AZU).

¹³ Ver: Miranda (Catraca Livre, 13.08.2015). Imagens sobre estas iniciativas em escadarias poderão ser consultadas no Facebook do Ateliê AZU, bem como é interessante consultar o documentário AZU (2018) realizado por Francesca Leoni e disponível na plataforma Vimeo.

Figura 16. Escadaria Mocidade Alegre, Vila St.ª Inês, Zona Leste de São Paulo, 2011

Fonte: Imagem de Élcio Torres (Arquivo do Ateliê AZU).

Para Élcio Torres¹⁴, o “azulejo não é fim”, mas “meio de discussão do lugar que vivo, meio de discussão de como eu me relaciono com meu vizinho e com minha cidade”. Para o ceramista, intervir nas escadarias com azulejo tem por desafio: “trazer pessoas de outras regiões para cá e fazer com que nossos painéis na favela virem um roteiro cultural e atraiam turistas” (Miranda, 2015). Veja-se o seguinte extrato de depoimento de Élcio Torres:

“Começamos a produção dos azulejos e a colocação nos becos, escadarias e vielas, na rua. A primeira grande obra, foi o painel histórico de Ermelino Matarazzo. Em 2011 fizemos a escadaria da rua Mocidade Alegre. Esta foi a primeira experiência focada em transformar um lugar totalmente degradado com os azulejos. Deu certo! Logo em seguida, aproveitando o material em estoque e a disposição para fazer, começamos e concluímos a praça Dona Neusa, outro lugar degradado e subutilizado que, com os azulejos, foi resinificado.”

Facebook do Ateliê AZU

Já no Rio Grande do Sul, nomeadamente na cidade capital do estado, as “escadarias revitalizadas pela comunidade em Porto Alegre se tornam atrações turísticas” (Clemente, 2018). E, assim, um dos projetos que se destaca é o “Ladrilhar”, apresentado no seu site de Facebook como “um projeto social e cultural. Ação coletiva que pretende revitalizar espaços públicos através de expressões vinculadas à arte urbana e ao mosaico”. O projeto foi idealizado por Cláudia Coelho, uma psicóloga que atua em projetos socioculturais. Numa das escadarias intervencionadas – Escadaria Ladrilhar, no Bairro Jardim de Carvalho – e que foi objeto de uma primeira intervenção em 2016, é de destacar os seguintes aspetos: (i) a iniciativa envolveu um grupo de dez mulheres entre 40 e 70 anos de idade, bem como moradores do bairro participaram em oficinas de criação dos mosaicos resultantes de azulejos partidos; (ii) para além da intervenção estética, a ação qualificou a escadaria mais globalmente, contando com o apoio dos moradores locais; (iii) de lugar abandonado pelo poder público e que causava insegurança nas pessoas, a escadaria transformou-se num espaço a visitar e em ponto de confraternização (Figuras 17 e 18). Para a dinamizadora do Projeto Ladrilhar: “(...) não fizemos só um trabalho estético. Quisemos dar condições para as pessoas transitarem na escada. Reformamos ela através de uma arrecadação de fundos feita com os moradores. Nossa preocupação é que se preserve por muitos anos” (Clemente, 2018). A experiência deste Projeto tem dado lugar a palestras, nomeadamente no âmbito de temáticas ligadas ao meio ambiente (Figura 19).

¹⁴ Desde setembro de 2020 tenho vindo a estabelecer contatos com Élcio Torres do Ateliê AZU.

Figura 17. Escadaria Ladrilhar, Bairro Jardim Carvalho - Antes da intervenção cocriativa, Porto Alegre



Fonte: Imagem de Cláudia Coelho (Arquivo do Projeto Ladrilhar).

Figura 18. Escadaria Ladrilhar, Bairro Jardim Carvalho - após intervenção cocriativa, Porto Alegre



Fonte: Imagem de Cláudia Coelho (Arquivo do Projeto Ladrilhar).

Figura 19. Cartaz de divulgação de palestra sobre o Projeto Ladrilhar



Fonte: Imagem de Cláudia Coelho (Arquivo do Projeto Ladrilhar).

De volta ao Rio de Janeiro, nomeadamente no ano de 2016, quando o Bondinho de Santa Teresa fazia 120 anos, a artista Andrea Aires Imbiriba mobilizou outros artistas (brasileiros e estrangeiros) no âmbito do projeto “Um bonde para Santa Teresa”, iniciado em 2016, com o objetivo de criação de mosaicos em formato A4 que ilustrassem o bondinho. A ideia era comemorar e valorizar este património da cidade, tendo a dinamizadora do projeto recorrido as redes sociais para mobilizar o apoio das pessoas e artistas, e sem patrocínio, contou com apoio da família, amigos e conhecidos para materializar o projeto (Figuras 20 e 21). Cacos de azulejos, pastilhas e ladrilhos coloridos deram forma à diferentes versões do bondinho, muitas das quais enviadas para montagem no local, conforme realizada por 26 artistas colaboradores que aplicaram os mosaicos em muro privado – cujos proprietários autorizaram e também participaram da iniciativa¹⁵.

Figura 20. Mosaico Bondinho de Santa Tereza, Rio de Janeiro



Fonte: Imagem de Andrea Aires Imbiriba.

Figura 21. Enquadramento do Mosaico Bondinho de Santa Tereza em muro sito na Rua Paschoal Carlos Magno, Rio de Janeiro



Fonte: Imagem de Andrea Aires Imbiriba.

A iniciativa resultou na criação de vários mosaicos que, aplicados lado a lado em muro sito em via de passagem do bondinho, deu forma a um painel de cerca de 20 metros de comprimento. Para a promotora da iniciativa, “(...) a ideia é de que a gente consiga outros muros na cidade para instalar os mosaicos, sempre trabalhando com temas que tratem da cultura e da valorização e do resgate das nossas memórias” (Virgílio, 2017). Entretanto, em setembro

¹⁵ Esta iniciativa foi-me indicada pela antropóloga Neiva Vieira da Cunha, a quem sou grata.

de 2020 iniciei contatos – via *messenger* e *email* – com a mentora do Projeto para melhor conhecer a experiência e, na sequência de troca de impressões, ela relatou o seguinte:

“(...) Em julho de 2016, (...) acordei num sobressalto inspirada em fazer um mosaico do bonde, fiz três peças e no decorrer do processo criativo, me veio a ideia de criar uma página no Facebook, intitulada «Um Bonde Para Santa Teresa» e que é um projeto de intervenção urbana de mosaico coletivo e fiz uma convocatória aos artistas mosaicistas que eu conhecia e para quem mais desejasse participar. (...) não imaginava que fosse repercutir a ponto de ganhar tantos adeptos e eu sequer tinha encontrado o espaço apropriado para a instalação, mas segui com o projeto e desfrutando das sensações maravilhosas com cada peça de mosaico que chegava pelos Correios. (...) A primeira etapa aconteceu no dia 04 de fevereiro de 2017, com a instalação de cem bondinhos feitos em mosaico. Na semana seguinte, criei uma segunda página para a segunda etapa e novas inscrições. A segunda etapa foi realizada no dia 26 de agosto, com a instalação de mais cem peças e no dia 01 de setembro, a instalação de mais oito. Em breve serão instalados mais dez, totalizando 136 peças com a participação de 177 artistas e colaboradores de outros países como Argentina, Chile, Holanda, Alemanha, Dinamarca e diversos Estados brasileiros.”

(extrato de depoimento enviado por email em 2 de outubro de 2020).

4. O azulejo como ‘meio’ em *placemaking*

As metodologias colaborativas e cocriativas têm incrementado interessantes experiências de (re)invenção do espaço público urbano, contribuindo para a geração de valor sociocultural relativamente aos contextos intervencionados. Uma oportunidade de valor acrescido através da utilização do revestimento azulejar: mais duradouro, assegurando uma dada continuidade, permitindo uma composição artística e a construção de uma narrativa, proporcionadora de uma dada experiência estética e sensorial.

Em Portugal, os casos observados permitem destacar a relação entre espaços públicos que se tornam cenários de ações cocriativas com vista à sensibilização em prol da salvaguarda do azulejo, ao recurso a matéria azulejar enquanto expressão artístico-temporária, à elaboração de novos painéis em azulejo. Estas ações inscrevem no espaço público – num sentido temporário ou mais constante – narrativas específicas. Isto é, a inscrição de narrativas que podem sensibilizar para o património azulejar, a memória do território e/ou a experiência urbana das pessoas, bem como para determinadas questões sociais, como sejam a inclusão, a diversidade sociocultural e os direitos sociais. Embora se possa considerar que alguns dos exemplos tenham contribuído para dinamizar a reconversão ambiental e incrementar o uso social de áreas representadas como problemáticas e/ou marginalizadas, é de sublinhar os casos em que a (re)valorização do espaço com a criação de painéis em azulejo, entretanto transformados em obras de arte pública que se demarcam no contexto da cidade, assinalam a criação de potenciais patrimónios urbanos. Dois outros aspetos são observados. Por um lado, a repercussão destas iniciativas na esfera pública adquire uma maior abrangência com o recurso feito aos meios digitais de comunicação e informação. Por outro lado, assinala-se uma preponderância para que o desencadear do processo cocriativo seja mais formal e institucionalizado.

Para os casos brasileiros observados, sobretudo em espaços abandonados pelo poder público, com deficiente infraestruturação e de oferta de equipamentos, conforto ambiental e segurança, sucede que a partir de iniciativas transformativas informais, sem ou com pouco envolvimento institucional, o incremento de uma nova sensibilidade infere um sentido transformativo de cunho mais ambiental e potencia a criação de oportunidades para a autogovernança local, podendo ainda potenciar a cogovernança. Repare-se, neste sentido, que a melhoria ambiental e estética proporcionada pela ação cocriativa com azulejo incrementou o uso do espaço pelos moradores, e respetiva visitação. Também se repercutindo em iniciativas locais de aplicação do material nos espaços privados com vista a qualificação dos mesmos (fachadas das casas, muros e paredes de âmbito privado). Ecoando ainda em iniciativas locais de intervenção, manutenção e salvaguarda dos azulejos assentados em áreas públicas. Todavia, os valores estéticos, figurativos, artísticos e de durabilidade associados ao azulejo contribuem para proporcionar a criação de potenciais locais de património. Notando-se ainda que, a partir de uma primeira iniciativa cocriativa,

outras experiências semelhantes são realizadas, evocando o sentido aberto dos processos cocriativos. O que colabora para realçar os seguintes aspetos para uma reflexão futura:

- as articulações entre o impacto social e político de iniciativas locais informais, e o desencadear de um reconhecimento pelo poder público do que é cocriativamente produzido, contribuem para gerar uma sensibilização pública mais abrangente que a mera esfera pública local, sendo também de salientar o papel que a esfera digital detém nestas dinâmicas;
- a relação entre intervenção urbano-artística, cocriação, cidadania e a invenção de património, ainda que decorrente de iniciativas informais, pode vir a fortalecer a valorização sociocultural de ambientes com deficiente oferta de infraestrutura, equipamento, conforto e segurança.

O conjunto de experiências exemplificadas permite ainda ilustrar outros interessantes aspetos. O potencial artístico, figurativo, estético, narrativo, ornamental e de durabilidade, mas também de trabalho, manuseamento e aplicação do azulejo, sublinha a virtualidade da matéria azulejar no revitalizar cocriativo do espaço público urbano. As experiências cocriativas em espaço público com recurso ao azulejo envolvem a colaboração das pessoas em várias e diferentes atividades¹⁶: desde a reprodução de azulejos com padrão em desenhos em papel à criação de novas figuras; à coleta de azulejos, muitos dos quais partidos, em espaços públicos da cidade; à receção e doação indiferenciada de azulejos (que podem ser originais ou não); à atividade de olaria com a preparação do barro/argila, molde, cozimento, desenho, pintura, vidrado; à angariação de fundos para compra de materiais, recuperação e manutenção de azulejos; à mão-de-obra para assentamento do azulejo, etc. As transformações materiais verificadas no domínio da vida, parecem, assim, se repercutirem enquanto metamorfose de consciência a partir de uma consciência material que, através da mediação proporcionada pela atividade material, redime a relação entre sentimento e pensamento através do fazer (Sennet, 2009). Assim, de “meio de transformação de espaços” o azulejo torna-se “meio de transformação de pessoas” (cf. Élcio Torres).

As iniciativas aqui destacadas envolvem a capacitação das pessoas no processo e, a partir de uma autoria partilhada, como resultado final, realçam o sentido da coprodução em prol de um benefício comum. Também inscrevem no território percepções, visões e expressões alusivas as temáticas da memória, diversidade, inclusão e dos direitos, depreendendo ainda o potencial criativo das pessoas engajadas num processo colaborativo de intervenção e criação. O que contribui para complexificar o significado dos azulejos como “portadores de memória”, não só influenciando a criação de património e de um melhor ambiente urbano, mas também a esfera pública.

5. Considerações finais

A reflexão destaca que nas realidades observadas as novas sensibilidades não advêm de grandes ações, mas naquelas de menor âmbito, localizadas e de cunho colaborativo e cocriativo, sendo as mesmas mediadas pela atividade material. Enquanto esfera pública, o impacto de intervenções cocriativas em espaço público urbano, contribui para denunciar, resistir e/ou sensibilizar para a perda ou a conquista de património cultural, urbano e ambiental. A partir de uma consciência material, a cocriação transformativa do espaço liga-se à esfera pública, incentivando sensibilidades locais mais responsáveis, porque mais conservativas dos recursos – patrimoniais e ambientais – e preocupadas com a qualidade e sustentabilidade dos contextos. A materialidade do azulejo inventa património e o azulejo conservado protagoniza a possibilidade da sua continuidade. Também o cuidado com o ambiente urbano fomenta uma esfera pública mais sensível ao património e ao ambiente.

Enquanto *placemaking*, o processo cocriativo relaciona-se com uma dada problemática. Isto é, envolve questões e necessidades socioespaciais específicas, de modo algum propondo resolver todos os problemas urbanos. A cocriação surge como uma oportunidade localizada para potenciar ações transformativas mais ‘pés no chão’, tenuemente, colaborando para a invenção ou incremento de valores compartilhados. Onde, a partir da experiência e do envolvimento das pessoas, o estabelecimento de uma interação inovadora pode ser incrementado através de

¹⁶ Ainda que não necessariamente uma mesma pessoa participe em todas fases e atividades do processo.

um recíproco e contínuo processo de criação de valor que, transversalmente, gera a possibilidade de aprendizagem e adaptação socio-espacial.

Trabalho realizado ao abrigo do Projeto Europeu C3PLACES / Horizon 2020 (Grant agreement n.º 693443) & FCT.

Agradece-se aos que gentilmente cederam imagens de sua autoria: Eva Maria Blum, Neiva Vieira da Cunha, Andréa Aires Imbiriba, Carolina Anselmo, Élcio Torres, Claraluz Keiser, Cláudia Coelho; à Câmara Municipal de Barcelos e, em nome de Maria Guimarães, à Junta de Freguesia de Benfica.

Agradece-se a Eva Maria Blum e Alexandre Pais pelos comentários ao texto.

Referências

- Bigio, A. G., Ochoa, M. C., Amirtahmasebi, R. (2014). Climate-resilient, Climate-friendly World Heritage Cities. *Urban development Series*, 19, License: CC BY 3.0 IGO, Washington, DC: World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/19288>.
- Bollati I., Collina L. (2020). The Design for a Welcoming City: Urban Space and Visitor Flow. In E. Macrì, V. Morea, M. Trimarchi (eds.) *Cultural Commons and Urban Dynamics*, Cham: Springer, 309–321. https://doi.org/10.1007/978-3-030-54418-8_19.
- Borges, V. (2018). Arte colaborativa: uma observação localizada dos teatros e dos seus públicos. *Etnográfica*, 22, 2, 453–476. <https://journals.openedition.org/etnografica/5655>.
- Centre for Ageing Better (2019). *Learning about culture and heritage in age-friendly cities*. <https://www.ageing-better.org.uk/blogs/learning-about-culture-and-heritage-age-friendly-cities>.
- Cruz, M. T. (2016). A nova economia criativa: design social e cultura da participação. In T. D. Martinho, J. Teixeira Lopes, & J. L. Garcia (eds.) *Cultura e Digital em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento, 39–50.
- Estevens, A. (2017). *A cidade neoliberal. Conflito e arte em Lisboa e Barcelona*, Lisboa: Le Monde Diplomatique.
- EU-H2020 Project, C4V-CITIES4PEOPLE. <https://cities4people.eu/>.
- Gato, M. A., Ramalheite, F., Vicente, S. (2014). ‘Hoje somos nós os escultores!’ Agencialidade e Arte Pública Participada em Almada. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 2, 1, 53–71. <http://cadernosaa.revues.org/569>.
- Hotimah, O., Wirutomo, P., Alikodra, H. S. (2015). Conservation of World Heritage Botanical Garden in an Environmentally Friendly City. *Procedia Environmental Sciences*, 28, 453–463. <https://doi.org/10.1016/j.proenv.2015.07.055>.
- Jacinto, J. A. (2001). Participação pública e comunicação política no espaço democrático municipal. *Educação & Comunicação*, 6, 74–96. <http://hdl.handle.net/10400.8/244>.
- McConnell Foundation (s.d.). *Cities for People*. https://mcconnellfoundation.ca/initiative/cities-for-people/?fbclid=IwAR1gC-vqTsA5-N1-8m_FV5bxiZ4YdaqHPzq-AqZAZScFgdfD_a9Gfdn1PB0.
- Menezes, M. (2017). O Azulejo saiu da parede. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia (TAE - online)*, 57, 211–225, <http://revistataeonline.weebly.com/uploads/2/2/0/2/22023964/marluCIMENEZES.pdf>.
- Menezes, M. (2020). Co-criação transformativa de espaço público: incursões reflexivas a partir da arte do azulejo. *Atas XII Congresso da Geografia Portuguesa*, Guimarães: Universidade do Minho/APG, 651–656.

Menezes, M., Cunha, N. V. (2019). Da sensibilidade do artista à co-criação na invenção do património urbano na Escadaria Sélaron no Rio de Janeiro: azulejo, cidadania e resistência. *Livro de Resumos do COMBART: arte, ativismo e cidadania*, Porto: FL-UP, 128–130. <https://up.pt/press/books/978-989-8969-16-3>.

Morea V. (2020). Public Art Today. How Public Art Sheds Light on the Future of the Theory of Commons. In E. Macrì, V. Morea, M. Trimarchi (eds.) *Cultural Commons and Urban Dynamics*, Cham: Springer, 79–91. https://doi.org/10.1007/978-3-030-54418-8_6.

Paes, B. M. C. (2018). *Arte para uma cidade sensível: Arte como gatilho sensível para a produção de novos imaginários*. Tese de Doutorado em Artes Visuais, São Paulo: USP. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27159/tde-12072018-145203/pt-br.php>.

Prahalad, C. K., Ramaswamy, V. (2004). Co-Creating Unique Value with Customers. *Strategy & Leadership*, 32, 3. Emerald Group publishing, 4–9. <http://org/10.1108/10878570410699249>.

Project for Public Spaces (PPS). <https://www.pps.org/>.

Rato, A., Verheij, G. (2017). Da autoria à criação participada na construção do espaço público: uma perspetiva desde o Planisfério da Interculturalidade (Almada). *Estudo Prévio*, 12, Lisboa: CEACTIONAL. <http://hdl.handle.net/11144/3473>.

Rato, A., Verheij, G., Fernandes, M. (2017). Eu, tu, nós: arte, afectos e comunidade vistas desde o Planisfério da Interculturalidade (Almada). in *Práticas artísticas: participação e comunidade*, Évora: CHAIA/UE Centro de História de Arte e Investigação Artística - Universidade de Évora, 268–290. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/27002>.

Santos, R. (1957). *O Azulejo em Portugal*, Portugal: Editorial Sul Limitada.

Sanders, E. B. N., Stappers, P. J. (2008). Co-creation and the new landscapes of design. *Co-Design*, 4, 1, 5–18. <https://doi.org/10.1080/15710880701875068>.

Sennett, R. (2009). *O artífice*. Rio de Janeiro: Record.

Sennett, R. (2018). *Construir e Habitar. Ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro: Record.

Šuklje-Ervajec, I. (2017). Understanding urban public open spaces and co-creation. in C. Smaniotto Costa, K. Ioannidis (eds.) *The making of the mediated public space – Essays on emerging urban phenomena*, Lisbon: Lusófona University Press, pp. 97–107. <http://www.ceied.ulusofona.pt/en/serie-culture-and-territory/>.

UNICEF (s.d.). *Child Friendly Cities*. <https://childfriendlycities.org/>.

Voorberg, W. H., Bekkers, V. J. J. M., & Tummers, L. G. (2015). A Systematic Review of Co-Creation and Co-Production: Embarking on the social innovation journey. *Public Management Review*, 17, 9, 1333–1357. <https://doi.org/10.1080/14719037.2014.930505>.

Voorberg, W. H., Bekkers, V. J. J. M., Timeus, K., Tonurist, P. & Tummers, L. (2017). Changing public service delivery: learning in co-creation. *Policy and Society*, 36, 2, 178–194. <https://doi.org/10.1080/14494035.2017.1323711>.

WHO (2007). *Global Age-Friendly Cities: a Guide*, Geneva: WHO. https://www.who.int/ageing/publications/Global_age_friendly_cities_Guide_English.pdf.

Fontes

Associação de Defesa do Património de Beja, *Festa do Azulejo*. <http://festadoazulejo.adpbeja.pt/>.

Association INSCRIRE. <https://www.inscrire.com/projet/inscrire-les-droits-humains-au-portugal/>.

Blog Viajar e Descobrir (2018) https://viajaredescobrir.blogspot.com/2018/08/blog-post_4.html.

Câmara Municipal de Barcelos - CMB (04.06.2018). Barcelos lembrou o direito das crianças. *Portal Nacional dos Municípios e Freguesias – PNMF*. <https://www.municipiosefreguesias.pt/noticia/26084/barcelos-lembrou-os-direitos-da-crianca>.

Centro Escolar Gilmonde (22.11.2019). Direitos das crianças em painel de azulejos no Centro Escolar de Gilmonde. *Barcelos na Hora*. <https://barcelosnahora.pt/tag/centro-escolar-de-gilmonde/>.

Clemente, G. (29.09.2018). Escadarias revitalizadas pela comunidade em Porto Alegre se tornam atrações turísticas. *Globo.com*. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2018/09/29/escadarias-revitalizadas-pela-comunidade-em-porto-alegre-se-tornam-atracoes-turisticas.ghtml>.

CMB (11.12.2014). Escolas do concelho realizam Semana dos Direitos Humanos. <https://www.cm-barcelos.pt/2014/12/escolas-do-concelho-realizam-semana-dos-direitos-humanos/>.

CMB (21.11.2019). Direitos das crianças em painel de azulejos no Centro Escolar de Gilmonde. <https://www.cm-barcelos.pt/2019/11/direitos-das-criancas-em-painel-de-azulejos-no-centro-escolar-de-gilmonde/>.

Dias, C. (07.07.2015). Mais de 2000 crianças recriaram os 500 anos da história dos azulejos em Beja. *Público*. <https://www.publico.pt/2015/05/07/local/noticia/mais-de-2000-criancas-recriaram-os-500-anos-da-historia-dos-azulejos-em-beja-1694758>.

E-Cultura.pt (s.d.). Mega-painel de azulejos. <https://www.e-cultura.pt/artigo/3793>.

Expresso do Oriente - Informação (08.07.2016). Crianças de Benfica tornam-se artistas no espaço público. <https://expressodooriente.com/criancas-de-benfica-tornam-se-artistas-no-espaco-publico/>.

Atêlie AZU (s.d.). https://www.facebook.com/pg/atelieazu/photos/?tab=album&album_id=104345349662469.

Junta de Freguesia de Benfica, (08.07.2016). Um muro do Palácio Baldaia, em Benfica, recebeu a instalação deste novo marco da arte urbana na nossa freguesia. <https://www.facebook.com/jfbenfica/posts/1076638039085176/>.

Projeto Ladrilhar (s.d.). <https://www.facebook.com/projetoladrilhar/>.

Fonseca, R. (27.06.2015). ‘Quem é Porto’ – O maior painel de azulejos da cidade. *TSF – Rádio Notícias*. <https://www.tsf.pt/multimedia/galeria/portugal/quem-es-porto-o-maior-painel-de-azulejos-da-cidade-4648757.html>.

Fundação Telefónica Vivo (s.d.). Conheça o trabalho de Leandro Araújo no Ateliê Azu, onde azulejos promovem transformação social. <http://fundacaotelefonica.org.br/noticias/conheca-o-trabalho-de-leandro-araujo-no-atelie-azu-onde-azulejos-promovem-transformacao-social/>.

Gandra, A. (06.11.2019). Arrecadação para restauração da Escadaria Selarón, na Lapa, chega a R\$ 132 mil. *Revista Isto É*, 2648 09/10. https://istoe.com.br/arrecadacao-para-restauracao-da-escadaria-selaron-na-lapa-chega-a-r-132-mil/?fbclid=IwAR0J_IXGo1TCtWrGpE-UcoyD3TIUOp2Y7bSrB8M37OMhKt2eydWO39foiHY.

Inscrever a Europa nos muros das cidades (s.d.). <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/inscrever-europa-nos-muros-das-cidades>.

Keiser, C. (2019). Workshop Perdi a casa//despejos em azulejos, Eventos (Facebook). <https://www.facebook.com/events/pr%C3%A7a-das-novas-na%C3%A7%C3%B5es-1170-277-lisboa-portugal/workshop-perdi-a-casa-despejos-em-azulejos/735820406867990/>.

Leoni, F. (2018). AZU. *Plataforma Vimeo*. https://vimeo.com/256205664?ref=fb-share&fbclid=IwAR0o9FG_qrnZ4_-0kfVjgr4MKQpQTKUoX93WCYVoRgjyFKPzJa4AnoJlqUI.

Locomotiva. https://www.facebook.com/pg/portolocomotiva/photos/?tab=album&album_id=1586325128288458

Martins, F. (22.09.2019). Lisboa está a encher-se de azulejos que contam histórias de moradores despejados da casa. *MAGG – Newsletter*. <https://magg.sapo.pt/actualidade/actualidade-nacional/artigos/lisboa-esta-a-encher-se-de-azulejos-que-contam-historias-de-moradores-despejados-das-casas>.

Mesquita, M. J. (27.09.2019). Festival HabitACÇÃO: a luta pelo direito à habitação também se faz com azulejos. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/09/27/p3/noticia/festival-habitacao-a-luta-pelo-direito-a-habitacao-tambem-se-faz-com-azulejos-1887861>.

Miranda, F. (13.08.2015). Projeto Ateliê Azul utiliza azulejos para colorir bairros de SP. *Catraca Livre*. <https://catracalivre.com.br/carreira/projeto-atelie-azu-utiliza-azulejos-para-colorir-e-revitalizar-bairros-de-sao-paulo/>.

Perdi a Casa (s.d.). <https://www.instagram.com/perdiacasa/?hl=en>.

Programa VAI (s.d.). <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/projeto/679/>.

Projeto SOS Azulejo – Ovar (17.05.2017). <http://www.sosazulejo.com/?p=3965>.

Rádio de Barcelos (11.2019). Centro Escolar de Gilmonde inaugura painel de azulejos sobre Direitos das Crianças. <https://radiobarcelos.pt/centro-escolar-de-gilmonde-inaugura-painel-de-azulejos-sobre-direitos-das-criancas/>.

Rato, A., Verheij, G., Fernandes, M. (2017). Eu, tu, nós: arte, afectos e comunidade vistas desde o Planisfério da Interculturalidade (Almada). <https://plataformapis.files.wordpress.com/2017/09/presentacao-leve.pdf>.

Virgílio, P. (04.02.2017). Artistas criam painel de mosaicos em homenagem ao bonde de Santa Teresa. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-02/artistas-criam-painel-de-mosaicos-em-defesa-do-bonde-de-santa-teresa>.